



VIOLÊNCIA

Oficial feminicida obtém aposentadoria integral

Tenente-coronel da PM paulista Geraldo Rosa Neto, preso por matar a mulher, vai à reserva. Mas isso não impede que, se considerado culpado, não perca posto e patente — e seja expulso, perdendo o salário

» RAFAELA BOMFIM*

A Polícia Militar de São Paulo publicou, ontem, a transferência para a reserva do tenente-coronel Geraldo Leite Rosa Neto, de 53 anos, preso preventivamente pela acusação de matar a mulher, a PM Gisele Alves Santana, em 18 de fevereiro, e fraude processual. A medida garante remuneração integral, conforme portaria assinada pela Diretoria de Pessoal da corporação. O oficial nega que tenha assassinado a mulher e alega que ela atentou contra a própria vida com um tiro na cabeça.

O ato administrativo foi concedido a partir de solicitação de Geraldo e segue critérios previstos em lei. Mesmo com a transferência, ele continuará recebendo valores equivalentes ao salário da ativa. Em fevereiro de 2026, antes da prisão, ganhou bruto R\$ 28.946,81, mas R\$ 15.092,39 líquido, conforme consta no Portal da Transparência do estado de São Paulo.

A corporação informou que a aposentadoria não interfere nos procedimentos disciplinares em andamento. Segundo a Secretaria da Segurança Pública de São Paulo, foi instaurado Conselho de Justificação que pode resultar em perda da patente e expulsão — que, se confirmada, fará com que Geraldo perca o salário. “A instrução [o processo] continua a valer mesmo após a transferência do oficial para a reserva”, afirmou a pasta em nota.

Ainda de acordo com o comunicado, o inquérito policial militar que apura a morte está no fim e será encaminhado ao Judiciário. A Polícia Civil concluiu investigação paralela, também remetida à Justiça, com pedido de prisão. O oficial permanece detido por decisão judicial no Presídio Militar Romão Gomes, na Zona Norte da capital paulista.

A prisão de Geraldo ocorreu em 18 de março, após decreto da Justiça Militar. O caso é tratado como feminicídio e fraude processual. A investigação aponta que Gisele morreu com um tiro na cabeça no apartamento onde o casal vivia, na região do Brás, Centro de São Paulo. Inicialmente, o tenente-coronel declarou que se tratava de suicídio, versão contestada por laudos periciais que identificaram inconsistências no relato.

O governador de São Paulo, Tarcísio de Freitas (Republicanos), comentou a decisão durante agenda

Reprodução/Rede sociais



Geraldo (sem boina) pouco depois de ser preso. Além de responder pelo assassinato da mulher, também é acusado de cometer fraude processual



Esperamos que realmente haja a punição severa, que ele perca o posto e a patente. Quando isso acontece, é como se ele tivesse morrido para a força. Nossa ideia é que ele apodreça o resto da vida na cadeia. Nosso desejo é que ele seja condenado e condenado exemplarmente, porque o que ele cometeu foi um crime bárbaro”

Governador Tarcísio de Freitas

em Campos do Jordão. Afirmou esperar que o tenente-coronel “apodreça na cadeia”. Segundo ele, a legislação que permite a aposentadoria segue critérios independentes do processo. “As instâncias são independentes. Ele vai agora sofrer o processo penal. Nosso desejo é que seja condenado exemplarmente. Não se pode olhar o regulamento de forma casuística”, disse.

Tarcísio afirmou que a ida para a reserva não altera a tramitação judicial nem os desdobramentos administrativos. “Esperamos que realmente haja a punição severa, que ele perca o posto e a patente. Quando isso acontece, é como se tivesse morrido para a força. Depois, quem é o beneficiário da contribuição (previdenciária) ao longo do tempo? Os familiares. Porque a nossa ideia é que apodreça o resto da vida na cadeia”, afirmou, para acrescentar:

“Nosso desejo é que seja condenado e condenado exemplarmente, porque o que cometeu foi um crime bárbaro. Não podemos deixar isso passar impune. Tenho

certeza de que não vai passar impune. A Justiça não vai deixar isso passar”, arrematou.

Morte em casa

Gisele morreu quando ela e Geraldo estavam em casa. O oficial assegura que a mulher se suicidou depois de dizer que queria se divorciar dela.

O caso foi inicialmente registrado como suicídio, mas modificado para morte suspeita depois de a família de Gisele relatar que a policial vivia uma relação abusiva, com excesso de controle e ciúmes por parte de Geraldo.

A polícia afirma que a versão do tenente-coronel não se sustenta e que ele assassinou Gisele. A conclusão foi obtida com base em uma série de indícios técnicos que a perícia encontrou ao longo da investigação do caso.

Entre as evidências estão marcas de unha na região do pescoço e do rosto de Gisele; manchas de sangue dela no banheiro, na bermuda e na toalha de Geraldo; a maneira como

a arma foi encontrada na mão da policial; e o modo como o corpo dela estava disposto no chão, indicando a provável manipulação da cena do crime.

Outro importante elemento explorado pelos investigadores foi a relação do casal. Os agentes chegaram a mensagens trocadas por Geraldo e Gisele. Encontraram diálogos que mostram um casal em constantes brigas, instabilidade, mas também o de uma mulher submetida a um casamento de muito controle, submissão e ciúmes.

Para a polícia, esses diálogos desmentiram a versão do tenente-coronel de que ele desejava o divórcio. O interesse pela separação, na verdade, partia de Gisele e era Geraldo quem resistia.

A Corregedoria da PM também abriu uma investigação e tanto a Justiça Militar como a Justiça Comum decretaram a prisão do tenente-coronel. Geraldo aguarda julgamento. (Com AE)

*Estagiária sob a supervisão de Fabio Grecchi

Após denúncia, deputado aparece sangrando

Depois de ter sido denunciado pela médica Fabiana Marangoni, na Delegacia de Defesa da Mulher em Santo André (SP), por violência doméstica, o deputado federal Fernando Marangoni (Podemos-SP) postou um vídeo nas redes sociais com o rosto ensanguentado alegando ter sido agredido por ela. Na gravação, ele a acusa: “Mais uma agressão por parte da minha mulher, mas acabou, é a última, estou indo embora. Chega, estou indo embora”. A ex-mulher abriu um boletim de ocorrência contra o parlamentar. A Polícia Civil investiga o caso e solicitou uma medida protetiva de urgência à Justiça contra o deputado.

De acordo com Marangoni, o casal está divorciado há seis meses, mas tinham um acordo de ambos morarem ainda no mesmo apartamento, dormindo em quartos separados. Ele e Fabiana têm três filhas. “Nos desentendemos, houve agressão física. Apenas quero que ele saia do apartamento”,

afirmou a médica, em um vídeo que circula nas redes sociais.

Fabiana disse, porém, que não foi espancada nem que “Fernando quebrou todo o apartamento” do casal. “Isso é mentira.” Em nota, o deputado negou que tenha agredido a ex-mulher. “Tivemos uma discussão pela manhã e minha esposa, com quem fui casado por 23 anos, me agrediu”. Marangoni, porém, postou o vídeo com o nariz sangrando supostamente depois da discussão e acusou a médica.

“Nunca desrespeitei nenhum direito de minha esposa nem de qualquer outra mulher”, diz trecho da nota do deputado. “Estou certo de que recuperaremos a paz em nosso lar, em nome da família que construímos.” Marangoni disse ainda que possui um compromisso com os direitos das mulheres e que ele foi relator de um projeto que “aumenta a proteção à mulher” na Comissão de Constituição e Justiça da Câmara.

O parlamentar, de 46 anos, é deputado federal desde 2023. Foi eleito pelo União Brasil e se filiou esta semana ao Podemos para concorrer à reeleição em outubro. Além disso, ocupou a secretaria-executiva da Secretaria de Habitação do Estado de São Paulo de 2019 a 2022, durante a administração de João Dória. Também foi secretário municipal de Habitação e Regularização Fundiária de Santo André de 2017 a 2018.

Marangoni é formado em direito pelo Instituto Toledo de Ensino, em Presidente Prudente (SP). Passou no Exame da Ordem dos Advogados do Brasil (OAB) em 2006.

O deputado é pós-graduado em direito tributário pelo Instituto Brasileiro de Estudos Tributários. É doutor em Ciências Sociais e Jurídicas pela Universidad del Museo Social Argentino de Buenos Aires. Também tem mestrado em Sistema de Direito Americano pela Washington Law University, na capital federal dos Estados Unidos.

Renato Araújo/Câmara dos Deputados



Marangoni acusa ex-mulher, que registrou BO contra ele, de tê-lo agredido

SOCIEDADE

Instituto elabora plano contra corrupção

O Instituto Não Aceito Corrupção (Inac) lançou um plano de prevenção e combate à corrupção no Brasil, com propostas para ampliar a integridade e a transparência no setor público. O relatório inclui a criação de um código de conduta para ministros do Supremo Tribunal Federal (STF) e a reforma do orçamento, com o fim das emendas parlamentares.

As propostas foram elaboradas após a 10ª edição do seminário Caminhos Contra a Corrupção, na Faculdade de Direito da Universidade de São Paulo (USP), na segunda e na terça-feiras. O documento está sendo enviado para órgãos de Estado, autoridades e imprensa.

Os acadêmicos, juristas, gestores públicos, representantes da sociedade civil e cidadãos que participaram da elaboração do relatório defendem que o combate à corrupção seja tratado como prioridade permanente. A justificativa é que a falta de integridade das instituições prejudicam as políticas públicas e afeta, principalmente, a população mais vulnerável.

“A corrupção não é apenas um problema ético: ela compromete serviços essenciais, agrava desigualdades, prejudica o meio ambiente, a saúde pública e o crescimento econômico sustentável, além de ser fenômeno sistêmico e transversal. Seu enfrentamento exige superação de divisões partidárias, ciclos eleitorais e interesses setoriais”, diz o documento.

O documento propõe que o Estado adote “sete pilares fundamentais para a prevenção e o combate à corrupção”. O primeiro é a criação de uma Política Nacional de Combate à Corrupção: “Um plano de Estado permanente, intersetorial e de longo prazo, com metas claras e mensuráveis de transparência, prevenção e punição efetiva, articulando as esferas federal, estadual e municipal em ações coordenadas”. O relatório sugere, também, a criação de uma Agência Nacional Anticorrupção Independente, que seria “um órgão autônomo, com competências próprias de investigação, auditoria e prevenção, dotado de orçamento protegido e estrutura apartada da Controladoria-Geral da União (CGU), para assegurar independência frente a pressões políticas”.

Ao propor o fim das emendas parlamentares, o Inac salienta que deve-se eliminar imediatamente “as práticas de captura do orçamento público por meio de emendas parlamentares sem transparência e accountability. É essencial a revisão imediata do uso dessas ferramentas como instrumento de barganha política, garantindo planejamento público racional, previsível e orientado ao interesse coletivo, tendo em vista a iminência de colapso orçamentário em 2027”.

No caso do código de ética nos tribunais superiores, o documento frisa que é “imprescindível fortalecer os mecanismos de integridade no âmbito dos cinco tribunais superiores (...). Tais instrumentos devem estabelecer parâmetros objetivos sobre conflitos de interesses, como o tema da advocacia da parentalidade (...), participação em eventos promovidos por particulares, relacionamentos com partes interessadas e (...) cachês em palestras”.

A criação de um código de ética para tribunais superiores é defendida pelo presidente do Supremo, ministro Edson Fachin, mas enfrenta resistências dentro da Corte. A relatoria desse documento foi entregue à ministra Cármen Lúcia, do STF.